

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E SUAS DISSIMILITUDES ENTRE OS PAÍSES SUBSCRITORES.

Flaviano Augusto Omina¹
Sabino Abna Fuma²
Ricardo Ossagô De Carvalho³

RESUMO

Os pressupostos basilares deste artigo visam mostrar e compreender a Cooperação Internacional para Desenvolvimento (CID) e suas dissimilitudes ao longo da sua evolução histórica e dentro disso destacar o papel dos atores internacionais. Para realização desta pesquisa, decidiu-se usar o método qualitativo para o diagnóstico do tema em análise. As narrativas sobre o processo de transição na Guiné-Bissau patenteiam que a CID com as ideias mascaradas de políticas de ajuda ao desenvolvimento, os problemas dos países receptores, ainda não foram decididos perfeitamente, mas antes pelo contrário a CID carrega uma série de obscuridades que não eliminam totalmente os problemas dos países ditos subdesenvolvidos como uma prioridade a ser resolvido. Portanto, a CID não se faz numa forma solidária como os discursos nos demonstram, mas carregam de interesses obscuros. Os Estados ditos dependentes, devem desenvolver capacidade a formação dos atores internacionais para o aproveitamento de forma mais profícua para os nossos países e deixar de assinar um acordo que pode provocar perdas de longa duração para o país.

Palavras-chave: Dissimilitudes Cooperação Desenvolvimento .

UNILAB, Instituto de Humanidades, Discente, flaviocabi.cabi@gmail.com¹
UNILAB, Instituto de Humanidades, Discente, fumaabna@aluno.unilab.edu.br²
UNILAB, Instituto de Sociologia, Docente, ricarvalhojunior@yahoo.com.br³



INTRODUÇÃO

As narrativas sobre o processo de transição na Guiné-Bissau patenteiam que a CID com as ideias mascaradas de políticas de ajuda ao desenvolvimento, os países receptores ainda os seus problemas não foram decididos perfeitamente, mas antes pelo contrário a CID carrega uma séria de obscuridades que não eliminam totalmente os problemas dos países ditos subdesenvolvidos como uma prioridade a ser resolvido. Portanto, a CID não se faz numa forma solidária como os discursos nos demonstram, mas carregam de interesses obscuros.

De acordo com Gonçalves (p.7), a Política Internacional como o estudo da estrutura e o funcionamento de sistemas políticos estrangeiros; entender como os outros povos como reagem politicamente diante dos novos desafios que a realidade apresenta e de um lado entendê-la como o estudo da lógica interna e da prática das ideologias políticas. Mediante a esta situação podemos entender a CID como uma política externa no qual os países “hegemônicos” tentam definir um conjunto das ações em relação aos outros Estados no cenário Internacional com o objetivo de satisfazer as suas necessidades e não resolvendo cabalmente os problemas enfrentados pelos Estados membros e especialmente as resoluções de crises na Guiné-Bissau.

A presente pesquisa tem como o intuito, entender a cooperação internacional para o desenvolvimento e suas dissimilaridades entre os países subscritores. No entanto, indaga-se: Nas cooperações internacionais para o desenvolvimento, os países subscritores beneficiam numa forma igual; E o trabalho, está dividido em duas seções, a primeira seção discute alguns conceitos sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento e, a segunda seção apresenta-se a questão das dissimilaridades entre os países subscritores.

METODOLOGIA

A fim de realizar esta pesquisa, decidiu-se usar neste trabalho o caminho metodológico qualitativo para o diagnóstico sobre o tema em análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Debate conceitual da Cooperação Internacional para Desenvolvimento

Com a institucionalização da CID, a definição do desenvolvimento passou a ser linear ou sequencial, o que



implica que para um países se desenvolver deve seguir certo parâmetro o que reforça a ideia de um instrumento de poder Ocidental sobre os Países em vias de Desenvolvimento.

A cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) tem se tornado tema de crescente complexidade e apresenta as interpretações heteróclitas entre os autores que discutem a questão da, ou seja, não há um consenso entre os autores no que concerne uma concepção mais holística e ainda apresenta as hermenêuticas ambíguas. Assim sendo, a CID também pode ser um fator no mundo contemporâneo globalizado, onde as desigualdades se fazem mais visíveis e a provisão de bens públicos, mais prementes (SOUZA, 2014).

A CID desenvolve uma forma linear de desenvolvimentos em que os Estado ditos não desenvolvidos têm de desenvolver as estratégias concretistas por vezes impostas através de fatores exógenos e não endógenos para a elaboração de políticas públicas que corresponde com as demandas locais. A imposição do modelo ou de um caminho delineado pelos países ditos desenvolvidos para os não desenvolvidos para estes seguirem os caminhos delimitados por eles. Neste caso, a Europa passa a servir como o centro de referência para alcançar o desenvolvimento que se anseia.

A CID também incentiva ações coletivas em prol de um determinado modelo de desenvolvimento internacional, por meio de um leque bastante amplo e diversificado de modalidades de ação. Suas organizações atuam em setores variados, incluindo a educação e a formação técnica (*capacity building*), a saúde, o apoio ao crescimento econômico, a cooperação científica e tecnológica, a comunicação, o meio ambiente, a proteção do patrimônio cultural e, mais recentemente, a reforma do Estado e das instituições da governança pública. (MILANI, 2014, p.52). A ajuda prestada pelos Estados Unidos no pós-guerra seria motivada pela ordem da Guerra Fria; a da França, pela necessidade de manter uma zona de influência africana na era pós-descolonização. Como sublinharia Huntington (1970, p. 175), a obrigação moral diz respeito a ajudar os pobres dos países menos desenvolvidos e não os seus governos, o que faz com que muitos dos programas da cooperação canalizados por meio de organizações privadas possam, na concepção do autor, cumprir mais eficazmente este dever moral em comparação com estruturas burocráticas públicas, que tenderiam a ser movidas por interesses de política externa.

Dissimilitudes entre os países subscritores

Para entendermos as dissimilitudes entre os países subscritos de acordos de cooperação no âmbito internacional é relevante entender os interesses obscuros ali existentes. Quando cooperam, os Estados são racionais, oportunistas e estratégicos a fim de melhorarem a sua própria condição; agir de modo diferente seria não apenas ingênuo, mas perigoso para a sua sobrevivência e bem-estar. Ademais, as regras da CID não definem, de forma clara e obrigatória, as sanções para os agentes impunes; os ganhos efetivos com a cooperação promovida podem ser até mesmo superiores ao que se mantém com a opção de não cooperar (ênfase nos ganhos absolutos), porém a distribuição destes ganhos é desigual (ênfase realista nos ganhos relativos) e ainda nesta linha de pensamento os projetos da cooperação internacional, as razões e as justificativas da ajuda prestada por alguns Estados a outros países ditos não desenvolvidos não são muito claras, permanecendo as tensões entre normas éticas e relações de poder nas relações internacionais o que demonstra os interesses dos países ditos desenvolvidas (BLACK, 1968; EBERSTADT, 1988; HOOK, 1995; PRADO LALLANDE, 2008).



Entre os tipos de benefícios que projetos e financiamentos trariam para o país doador, citam-se o acesso a insumos estratégicos (minério, produtos agrícolas etc.), a obtenção de votos favoráveis no sistema multilateral, a contenção de inimigos ideológicos (a exemplo do comunismo durante a Guerra Fria), a promoção de interesses ligados ao comércio exterior e investimentos, a venda de excedentes de *commodities*, bem como a imposição de modelos de políticas públicas (ajuste econômico, liberalização do comércio exterior etc.) e as imposições ideológicas (MILANI, 2014). Com o agravamento das desigualdades entre países ricos e pobres,

a cooperação abandonou seus discursos relacionados à transformação nas estruturas das relações Norte-Sul e passou a defender o uso de “condicionalidades”: para que os países em desenvolvimento pudessem receber ODA dos países doadores, teriam de se submeter a pacotes de austeridade fiscal, financeira e econômica que seguissem a receita ideológica e teórica do Estado mínimo, bem como os parâmetros políticos do Consenso de Washington – ou seja, redução e “racionalização” do setor público, implementação de políticas macroeconômicas segundo os preceitos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, abertura das economias nacionais ao comércio internacional e abandono dos modelos nacional-desenvolvimentistas. (MILANI, 2014, p.42).

Na base das ideias apresentadas percebe-se que a CID não implica uma relação de benefícios mútuos, em outras palavras, não apresenta os interesses que estão em jogo numa forma endosperma, mas sim, numa forma heteróclita que impede um entendimento diáfano dos predileitos no controle dos elementos ou recursos naturais dos países ditos subdesenvolvidos. Nas cooperações não há uma horizontalidade e maior participação e controle local dos recursos alvos de assinaturas de cooperação e serve ao propósito político de distinguir o fenômeno que ocorre no âmbito Sul Global/Norte Global. Este termo pode ser alvo de muitas críticas o que ainda o termo desenvolvido tratando dos países ditos desenvolvido e não desenvolvidos trata-se de novas formas de continuar a tratar os outros, sobretudo, os países que não fazem parte do Norte Global como os países incivilizados e primitivos.

Além dos desafios de conceituação da CID apresentados pelos novos atores, e relacionados a eles, se encontram os de mensuração da CID concedida por eles. De fato, a CID prestada por países em desenvolvimento é, de uma forma geral, muito mais difícil de se quantificar, este fato apresenta-se através de três elementos importantes para a compreensão deste fato.

[...] primeiro, tal CID não é registrada de forma coerente e comparável pelos diferentes países. Em segundo lugar, uma grande parte dela corresponde à cooperação técnica, à transferência de tecnologia, às habilidades, ao *know-how* e ao treinamento, que constituem ativos intangíveis, portanto, difíceis de exprimir em valores monetários. Por fim, a cooperação técnica oferecida por diferentes países envolve especialistas que recebem salários altamente discrepantes, o que leva a vieses, na comparação de custos desta cooperação, para além de seus impactos altamente subjetivos. (SOUZA, 2014, p.14).

De acordo com Pino (2014), existe uma multiplicidade de agentes da cooperação e para o autor o Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento é composto por um grande número de agentes e intuições, de natureza diversa com as suas funções e capacidades diferentes. Nas agências multilaterais e privados não existe uma política central que determina os critérios de atribuição de ajuda e para alguns autores os agentes que fazem parte do sistema nem sempre articulam de acordo com os seus objetivos



(PINTO, 2014, p. 141).

CONCLUSÕES

O presente trabalho demonstra que a CID não é exercida de forma solidária, mas sim careta de certas ideias obscuras que não são átonas no que diz respeito a CID. Ponto fundamental no campo geopolítico do Ocidente, a legitimação da CID se sustentou em uma política anticomunista orquestrada nos meios de comunicação e nos setores governamentais, junto aos segmentos empresariais, às forças armadas e às classes médias. A luta anticomunista serviu de elo importante entre a CID e as agendas da política externa dos Estados Unidos (MILANI APUD HOOK, 1995).

MILANI (2014), A CID corresponde, nos dias atuais, a uma máquina complexa cujas funcionalidades e procedimentos foram criados e se aperfeiçoaram no período após a Segunda Guerra Mundial. As razões iniciais de sua institucionalização não podem ser dissociadas da Guerra Fria; as rivalidades Leste-Oeste, a partir de 1945, foram um fator determinante para que, no campo liberal ocidental, fossem tomadas decisões no sentido de promover a cooperação entre as nações do “mundo livre”. É importante dizer que os Estados ditos dependentes desenvolvam uma capacidade autônoma para enfrentar os desafios que a globalização e a CID nos colocam. No entanto, estes países devem desenvolver capacidade a formação dos atores internacionais para o aproveitamento de forma mais profícua para os nossos países e deixar de assinar um acordo que pode provocar perdas para o país durante a vários anos, ou seja, uma perda de longa duração para o país.



AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a Deus, o centro e fundamento de tudo em minha vida, por renovar a cada momento a minha força e disposição e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada. À minhas famílias.

REFERÊNCIAS

CAIXETA, Marina Bolfarine. **Cooperação sul-sul como nova tendência da cooperação internacional: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose.**

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais.** Brasília: FUNAG, 2012.

GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais.** [Texto básico]. Disponível em: http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf. Acesso em 04 dez. 2018

HALLIDAY, Fred. **Repensando relações internacionais.** Tradução Cristina Soreanu Pecequilo. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007

MILANI, Carlos R. S. **Instituições bilaterais dos países do comitê assistência ao desenvolvimento IIN:** SOUZA, André de Mello e. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento organizador: - [Brasília]: Ipea, 2014. 277

PINO, Bruno Ayllón. **Atores não governamentais IIN:** SOUZA, André de Mello e. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento organizador: - [Brasília]: Ipea, 2014. 277



SOUZA, André de Mello e. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**
organizador: - [Brasília]: Ipea, 2014. 277 p.

